

Por Alana Gandra

Foi lançado hoje (3), no Rio de Janeiro, o Laboratório de Inovação Financeira (LAB), organismo que reunirá instituições públicas e privadas, agências de fomento, órgãos reguladores e bancos de desenvolvimento para propor o aperfeiçoamento de instrumentos associados ao mercado de títulos verdes, os chamados green bonds.

Os green bonds são títulos de dívida emitidos por empresas e instituições financeiras para viabilizar projetos com impacto ambiental positivo. O público-alvo são investidores em projetos sustentáveis. Quando os títulos verdes se referem a investimentos em questões climáticas, eles são denominados climate bonds.

Fazem parte do LAB a Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O BID investiu no projeto US\$ 400 mil, que serão utilizados, por exemplo, para contratação de consultores nacionais e internacionais que já atuam no monitoramento da emissão desses papéis.

O total de recursos captados mundialmente nessa modalidade de títulos alcança hoje US\$ 200 bilhões. Desse montante, o Brasil detém 1,5% ou o equivalente a cerca de US\$ 3 bilhões. O presidente da ABDE, Milton Luiz de Melo Santos, analisou que há um “potencial enorme” para o Brasil nesse campo.

Segundo Santos, os investidores brasileiros têm R\$ 1,6 trilhão aplicados em diversos ativos financeiros, como caderneta de poupança, fundos de investimento, debêntures, etc. Com a redução da taxa básica de juros (Selic), o presidente da ABDE acredita que os investidores começam a buscar alternativas e já demonstram interesse em destinar parte dos recursos que estão sob a sua administração para aplicar em papéis que tenham o selo verde. “A gente tem o sentimento de que isso ajudará e muito a aumentar a captação de recursos sob a chancela dos títulos verdes”, concluiu.

O recém-criado laboratório funcionará a partir de três grupos de trabalho: títulos verdes, finanças verdes e instrumentos financeiros e investimentos de impacto. Segundo o presidente da ABDE, o grupo de títulos verdes vai, entre outras ações, desenhar o modelo para captação de recursos de forma apropriada no Brasil.

Já o grupo de finanças vai estudar a regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central ligadas à atuação das instituições financeiras no tocante à aplicação desses recursos “com o olhar sob a responsabilidade socioambiental”. Santos lembrou que a partir da edição de resolução de 2014, do Banco Central, as instituições são obrigadas a aprovar em seus conselhos de administração a política de responsabilidade socioambiental.

O terceiro grupo vai tratar da identificação de novos instrumentos de captação de recursos que tenham impacto no mercado de capitais. Ele vai desenvolver ferramentas e identificar as oportunidades que existem no país, de modo que possam sugerir aos órgãos reguladores, entre eles Banco Central e Ministério da Fazenda, mudanças na legislação para dar maior celeridade e segurança para quem desejar investir em títulos verdes.

**Fonte:** Agência Brasil, em 03.08.2017.